

Rádios Livres e Rádios Comunitárias no Brasil

Mauro Sá Rego Costa¹

Resumo:

A história das rádios livres no Brasil reflete e dá continuidade à luta pelas rádios livres na Itália e na França nos anos 70 e 80. A luta pela democratização do rádio levou à criação da Radiodifusão Comunitária, pela Lei 9.612, de 1998 - difusão em frequência modulada (FM), de baixa potência (25 Watts) e cobertura restrita a um raio de 1km a partir da antena transmissora. É das legislações mais restritivas no mundo tanto em abrangência no raio quanto nas condições de organização das emissoras – veto a recursos de publicidade e à formação de redes -. Mesmo assim, a busca de concessões de licenças de emissão ainda é manipulada por interesses macropolíticos. E diante das 3.400 licenças já concedidas, há 30.000 rádios no ar – rádios livres ilegais, portanto, mas na sua maioria não respondendo igualmente a interesses comunitários – controladas por grupos religiosos, o pequeno comércio e a política local. A rádio digital e outras novas mídias populares e livres na internet tendem a tornar inócuos estes dilemas e limites.

Abstract:

The history of free radio in Brazil follows the Italian and French influence from the 70's and 80's. The movement for the democratization of radio led to the creation of a Community Radio law – the 9.612, in 1998 – for the transmission in FM, with a 25w power, and restriction of a 1 km circle. It's one of the more restrictive legislations in the world, barring the use of advertising and networking. . Even so, the demand for radio broadcast licenses is still manipulated by macropolitical interests. Considering the 3.400 licenses already granted, there are 30.000 radios on air – free, therefore illegal radios, but most of them do not respond to community interests – controlled by religious groups, the small business and local politics. Digital radio and other new popular and free media on the internet tend to cancel these dilemmas and limits.

Para entender a história e a atual situação das rádios comunitárias no Brasil, consideramos necessário um preâmbulo conceitual. Trata-se de uma história com muitas camadas heterogêneas e contraditórias entre si, em que se misturam o desejo autêntico dos movimentos sociais pela democratização das comunicações; a resistência do sistema instituído da mídia, altamente oligopolizado e com representação política poderosa em todos os níveis de governo; uma legislação limitadora do alcance (abrangência do sinal) e da sustentabilidade das emissoras comunitárias; a infiltração daquele mesmo poder

¹ Professor do PPG em Educação, Cultura e Comunicação da FEBF/UERJ; Coordenador do Laboratório de Rádio e do Estúdio de Som e Música da FEBF.

político instituído na tentativa de controle desse novo sistema de comunicação; uma saída para o sistema (agora ilegal) das rádios livres, utilizado tanto pelos movimentos sociais quanto por interesses comerciais (de pequena monta), por grupos políticos locais (prefeituras, vereadores), e por uma crescente e ampla rede de igrejas evangélicas populares; a perseguição policial e judicial dessas emissoras ilegais, cujo número já ultrapassa largamente as possibilidades materiais da eficácia da ação repressiva; as mudanças nas tecnologias de informação e comunicação que ampliam o alcance ou até substituem projetos de rádio comunitária (webrádios, blogs, sites); o apoio crescente de outra área de governo – do Ministério da Cultura – com seu projeto de distribuição de meios de desenvolvimento cultural para as camadas populares (os Pontos e os Pontões de Cultura) e cujos grupos criam suas rádios comunitárias, e/ou estimulam (em cursos e oficinas) a criação de rádios locais (legais ou “ilegais”). Os projetos do Ministério da Cultura devem muito à atuação durante sete anos do Ministro Gilberto Gil, compositor e cantor pop politicamente progressista, com o apoio do presidente Lula. É bom lembrar que Gilberto Gil faz parte do movimento Creative Commons (do qual participava mesmo enquanto Ministro) e liberou os direitos autorais de grande parte de sua produção musical.

Para entender o desenho político deste processo é preciso recorrer à compreensão das correlações entre a macropolítica (partidos, governos...) e as micropolíticas (de muitos tipos e escalas) que atravessam os movimentos sociais e se misturam, como resistência (ou, ao contrário, como pequenos elos capitalísticos) muitas vezes em aliança com instâncias macropolíticas mais progressistas. É impossível calcular os efeitos e resultados políticos a médio e longo prazo deste verdadeiro rizoma. Citando o filósofo Michel Serres,

[...] qualquer acontecimento da história é multitemporal, remete ao revolvido, ao contemporâneo e ao futuro *simultaneamente*. Tal ou qual objeto, esta ou aquela circunstância, são pois policrônicas, multitemporais, fazem ver um tempo amarrotado, multiplamente dobrado².

As iniciativas micropolíticas se estendem de modo difícil de perceber, movimentos subterrâneos, longe do olhar da mídia dominante, aparentemente

² Citado por Peter Pál Pelbart em “Bárbaros e Ameríndios em Mundobráz!” in <http://www.sibila.com.br/index.php/critica/1698-barbaros-e-amerindios-em-mundobraz-> (acesso em 20/02/2011)

fragmentados, descoordenados e sem importância, só se tornam visíveis de forma súbita e imprevisível em momentos determinados.³

No começo...

As primeiras rádios livres no Brasil parecem anedotas zen. A primeira, montada por dois irmãos adolescentes, no Espírito Santo, em 1970, em plena ditadura militar, resultou na prisão de um deles e de seu pai pela Polícia Federal. Tiveram que provar – o que na época exigia bons relacionamentos e bons advogados – que não tinham relações com o movimento comunista. Em seguida, conta a lenda, um professor de escola técnica em Sorocaba, São Paulo, ensina a seus alunos a construir transmissores de rádio. Resultado: quase 50 rádios estavam no ar na cidade entre 1982 e 1983. Daí surgiu a primeira organização de rádios livres brasileiras, o Conselho das Rádios Clandestinas de Sorocaba (CRCS), que tentou – em vão – organizar as emissoras para que não transmitissem umas sobre as outras ou interferissem nas FMs comerciais. O fechamento de algumas emissoras e a ameaça policial de fechamento de todas foi suficiente para calar as vozes livres de Sorocaba.⁴

Mas em 1985, ano da redemocratização do país, São Paulo enche-se de rádios livres – Xilic, Ítaca, Molotov, Totó, Ilapso, Trip, Tereza, Se Liga Suplicy... –. Xilic, na sua primeira transmissão, cita a Radio Alice de Bolonha e o *Plastic People of the Universe*, o rock resistente anti-soviético de Praga⁵. São todas rádios libertárias, mais pra Maiakóvski que Lenine; mao-dadaístas, como Alice; tropicalistas, produzidas por jovens e universitários. O movimento se espalhou por todo o país, dispersamente, mas intenso.

O movimento no Brasil inspirou-se nos movimentos na Itália (anos 70) e na França (anos 80), como projeto de ampliar a comunicação democrática e sair do controle principalmente comercial, com que esta mídia estava organizada no país. Não mostra nenhuma continuidade com o rádio como meio de luta sindical (Bolívia, anos

³ *Macropolítica, micropolítica e rizoma* são conceitos da teoria política de Gilles Deleuze e Felix Guattari. em *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*, publicado no Brasil entre 1995 e 1997, em 5 volumes, pela Editora 34, Rio de Janeiro.

⁴ Claudia de Abreu. *Tribuna da Imprensa*, Segundo Caderno, Nov./25/1995, p.1.

⁵ MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. *Rádios Livres a reforma agrária no ar*. São Paulo, Brasiliense, 1986, 53-56 e 153.

50-60) ou revolucionária (Cuba, Guatemala, El Salvador), exemplos recentes na América Latina.

Na primeira tentativa de juntar emissoras de vários estados, em 1986, no Rio de Janeiro formaram-se duas entidades: a ABOLA, Associação Brasileira das Ondas Livres do Ar e a CORA-LIBRA, Cooperativa de Rádios Livres do Brasil⁶. Claudia de Abreu relata que, nos anos seguintes, houve uma diminuição no número de emissoras, até que o movimento é retomado, em 1989, com o I Encontro Nacional sobre Rádios Livres, em São Paulo. Organizado pela UNE - União Nacional dos Estudantes -, o encontro contou com representantes de dez estados e aprovou a criação de um coletivo nacional, que buscava o apoio da sociedade civil pela democratização da comunicação. Em 1990, começaram a surgir os pré-Comitês pela Democratização dos Meios de Comunicação. Em 1991, foi lançada a Frente Parlamentar pela Democratização da Comunicação, em Brasília, com a presença do Coletivo Nacional de Rádios Livres. Foi somente em 1993, no entanto, que o movimento de rádios livres entrou oficialmente para a coordenação do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação.

A legislação das comunitárias

Com muitos avanços e recuos o movimento consegue finalmente, através da Comissão de Comunicação, Tecnologia e Informática, em fevereiro de 1998, levar ao plenário do Congresso e aprovar a lei que regulamenta a radiodifusão comunitária. Da proposta de projeto de lei do movimento organizado só se conseguiu aprovar 10% dos itens definidos. No período da tramitação da lei, 70% dos membros da Comissão no Congresso eram donos ou tinham interesses indiretos em empresas de rádio e televisão⁷. Daí não poderia se esperar grande coisa. Mas o “movimento” preferiu aceitar a lei como um primeiro passo para se continuar lutando por uma regulamentação mais justa e democrática... Infelizmente, o segundo passo ainda não foi dado.

A lei (Lei 9.612/1998) limita o alcance das emissoras a um quilômetro de raio e a potência dos transmissores a um máximo de 25 watts; dispõe de uma única frequência no *dial* para as milhares de emissoras a serem criadas; isto só é modificado quando a Anatel (Agência Nacional de Telecomunicações, autarquia federal que regula e

⁶ Claudia de Abreu, 1995.

⁷ COSTA, M. J. S. R. ; HERMANN, Wallace . Rádios livres, rádios comunitárias: outras formas de fazer rádio e política. Lugar Comum (UFRJ), Rio de Janeiro, v. 16-17, p. 97-107, 2002.

fiscaliza os serviços de telecomunicações do Brasil) descobre algum impedimento local; proíbe a captação de recursos de publicidade para a sustentação da emissora; proíbe a formação de rede entre as emissoras, salvo em caso de calamidade pública; e não garante às emissoras comunitárias proteção contra a interferências de emissoras comerciais e serviços de telecomunicação.

Estes limites são largamente criticados como impeditivos de uma verdadeira opção democratizante de comunicação popular. Em primeiro lugar, por dificultar a sustentação econômica para as rádios funcionarem. Com a proibição da publicidade, fica impossível profissionalizar seus agentes e até pagar custos básicos como aluguel de um espaço, contas de luz e telefone. Para completar, uma *Norma Complementar 2/98* estabelece que “a separação mínima entre duas estações de RadCom será de 3,5 km”. A lei, na prática, só permite a existência de uma rádio comunitária em cada município.

Com todos estes limites, a procura pela licença para transmissão comunitária é enorme. E há um apoio contínuo de grandes ONG's para a criação de novas emissoras, assim como apoio mútuo, dentro do movimento, para a capacitação de pessoal para as emissoras. Alguns exemplos recentes: a ONG Jequitibá organiza “Curso de Radiojornalismo para Comunicadores Populares” em Santarém, no Pará, e em Brasília (21/6 e 28/6/2010); em 2008 e em 2009, a Jequitibá promoveu o mesmo curso no Rio de Janeiro, em Recife, Aracaju e Salvador, com apoio da UNESCO, da prefeitura de Genebra, da Embaixada da Suíça no Brasil, dos governos estaduais da Bahia e Pernambuco, das Universidades Federais de Sergipe e Brasília, da Associação Brasileira das Rádios Comunitárias (Abraço) e da ONG Viva Rio, do Rio de Janeiro⁸; a própria Abraço promove constantemente cursos como o “de Comunicação Popular e Tecnologias Livres”, durante seu congresso em Curitiba⁹.

Outros parceiros importantes são os Pontos de Cultura, programa do Ministério da Cultura sobre o qual falarei mais adiante. Assim o Ponto de Cultura Cantiga de Ninar (Itabaiana/Paraíba) organizou, por três meses, a partir de setembro/2010 oficinas de rádio comunitária e rádio web, em parceria com a Rádio Comunitária Voz Popular, do

⁸ http://www.unesco.org/pt/brasil/single-view/news/unesco_and_the_ngo_jequitiba_promote_a_radio_journalism_training_course_for_communicators_from_community_radio_stations/back/9679/cHash/1a4ba4b513/ (in nov./6/2010)

⁹ <http://agenciaabraco.org/noticia/72> (in nov./6/2010)

bairro de São Rafael em João Pessoa¹⁰. O Ponto de Cultura Adilson Duarte de Ipiaú, Bahia, oferece Oficina de Radialismo Comunitário, com o apoio da Rádio Livre Comunitária de Ipiaú (fev. 2010)¹¹; o Ponto de Cultura Zabelê, junto com a Rádio Comunitária Zabelê, oferecem formação em rádio, em Remanso, município do Sertão do Rio São Francisco¹²; Rádio Comunitária Campeche, junto com Focu – Pontão Fomento Cultural no pólo Florianópolis – oferecem oficinas de animação, documentário e som para os pontos de cultura e rádios comunitárias¹³.

E ainda, com todos os limites, o interesse pela regulamentação de rádios comunitárias pelo Ministério das Comunicações tornou-se outro canal de clientelismo político e naturalmente um fator de influência nas eleições locais. A estimativa é de que cerca de 50% das 3.497 rádios comunitárias que hoje funcionam legalmente no País, tenham contado com as bênçãos de padrinhos políticos. Senadores e deputados, ligados a entidades que sempre têm um político municipalista por trás - um prefeito ou um vereador - pressionam para acelerar a tramitação do processo de autorização das rádios e assim passam, ambos, a ter canal cativo nos períodos eleitorais¹⁴. O uso eleitoral das emissoras de rádio FM e AM por políticos não é novidade, a nível estadual e federal.

Foram divulgados em março passado novos resultados de levantamento feito pelo Instituto de Estudos e Pesquisas em Comunicação (EPCOM) que revelam que 271 políticos brasileiros, no exercício de mandato eletivo, possuem vínculo direto e oficial com veículos de radiodifusão, isto é, são sócios ou diretores de 348 emissoras de rádio e/ou televisão. Desses, 147 são prefeitos (54,24%), 48 (17,71%) são deputados federais; 20 (7,38%) são senadores; 55 (20,3%) são deputados estaduais e um é governador¹⁵.

Aí não estão contabilizadas as relações informais e indiretas (por meio de parentes e “laranjas”) que envolvem muitos dos demais parlamentares a emissoras de rádio e TV. A extensão desta prática à manipulação das comunitárias, assim, não passa de repetição de velho modelo. Franklin Martins, ministro da Secretaria de Comunicação

¹⁰ <http://pccn.wordpress.com/2010/08/29/ponto-de-cultura-vai-oferecer-oficinas-de-radio-comunitaria-e-radio-web-em-setembro/> (in nov./6/2010)

¹¹ <http://pontodeculturaipiau.blogspot.com/2010/02/oficina-de-radialismo-comunitario-e.html> (in nov./6/2010)

¹² <http://pontoapontobahia.wordpress.com/remanso-radio-comunitaria-zabele-fm/> (in nov./6/2010)

¹³ <http://blog.radiocampeche.com.br/2010/05/radio-comunitaria-campeche-98-3-informa/> (in nov./6/2010)

¹⁴ <http://www.jornaldelondrina.com.br/online/conteudo.phtml?tl=1&id=982919&tit=Politicos-aceleram-concessao-de-radios-comunitarias> – (in nov./6/2010)

¹⁵ Ver <http://www.jurisciencia.com/artigos/coronelismo-eletronico-de-novo-tipo/70/> (in nov./6/2010).

Social, chegou a propor que a regulamentação das telecomunicações e da radiodifusão fosse prioridade do próximo governo - e a proibição de quem ocupa cargo eletivo ser concessionário de meio de comunicação de massa, que já consta da lei, deva ter regulamentação mais estrita¹⁶.

Os entraves para a regulamentação das comunitárias junto ao Ministério das Comunicações produz, no entanto, um efeito mais amplo: além das 3.947 rádios já legalizadas¹⁷, há cerca de 30.000 rádios de pequena potencia no ar no país, pelas contas da Abraço. Como encarar este fato? No início do governo Lula, em 2003-2004, foi criada uma comissão ad-hoc no Ministério para fazer um diagnóstico da situação e propor novos meios para melhor selecionar e agilizar as concessões a novas rádios. Nesse momento, já havia umas 15.000 rádios no ar sem concessão.

Depois de um ano, no entanto, essa comissão não conseguiu avançar muito, A maior dificuldade era como classificar as rádios “ilegais” para permitir seu acesso a concessões. Quase metade das rádios ilegais pertenciam a igrejas evangélicas, outra grande parcela eram rádios “particulares” montadas por pequenos comerciantes vendendo ilegalmente publicidade, além das rádios de políticos locais, vereadores, na maioria. Um número reduzido correspondia a rádios comunitárias *stricto sensu*, ligadas a associações de moradores e outros grupos locais.

O problema é que mesmo entre as rádios ligadas a igrejas e rádios “particulares”, havia um número de emissoras que funcionavam nos moldes das comunitárias, tratando de problemas vividos pela população local, e dando voz a grupos organizados e artistas locais. Por que não poderiam ser incorporadas, a partir de pequenas mudanças na sua organização e no seu funcionamento, e ganhar também o status de comunitárias? A comissão não conseguiu encontrar caminhos regulamentares para discriminar as rádios existentes e modificar as regras para concessões.

Outra reação foi tentada com uma série de lutas por legislação municipal que fizesse a outorga de concessões a partir das prefeituras. Várias leis foram aprovadas,

¹⁶ Lúcio Lambranhó . Parlamentares donos de rádio e TV sob pressão. In: <http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=446IPB006> (in nov./16/2010)

¹⁷ Número encontrado na página do Ministério das Comunicações em 13 de junho de 2011 - http://www.mc.gov.br/images/radio-comunitaria/licenciamento/Rel_radcom_licenca_definitiva-brasil_2011-06-13.pdf

como a da cidade de São Gonçalo, no estado do Rio de Janeiro¹⁸ e de Campinas, no estado de São Paulo¹⁹; assim como Pontalina, em Goiás (lei municipal 001/2004 e regulamentação 064/2004 de 2004). A Assembléia Legislativa do estado do Piauí aprovou legislação estadual para a outorga de concessões.²⁰ Toda esta legislação entra em choque com a legislação federal, que pela Constituição é a única instancia responsável pelo controle das telecomunicações no país. A tentativa é criar conflitos judiciais que tenham que ser decididos nos tribunais estaduais. Até o município de São Paulo teve sua lei aprovada em 2005 (a Lei 14.013 sancionada pelo prefeito José Serra)²¹.

Isso não impediu que, em 8 de abril de 2009,

“(...) a Anatel protagoniz(asse) um curioso ato público com palco montado no hangar da Vasp - Viação Aérea de São Paulo, no aeroporto de Congonhas (...).Tendo como platéia o prefeito de São Paulo, Gilberto Kassab, a vice-prefeita, secretários municipais, funcionários da Anatel, além de policiais federais e jornalistas convidados, entrou em cena um trator com rolo compressor e destruiu cerca de oito toneladas de equipamentos apreendidos em operações de fiscalização de emissoras de rádio comunitárias e piratas. Ao todo, 17 mil discos e cds,750 transmissores, 70 antenas e dezenas de computadores e aparelhos de som viraram sucata. (...) Eles teriam sido apreendidos nos últimos cinco anos, em todo o estado, e correspondiam a dois mil processos concluídos pela Justiça, que autorizara sua destruição”²².

Para o prefeito Kassab, o material foi destruído para mostrar que não haverá tolerância: “Nosso objetivo é fechar todas as rádios piratas e ilegais. Se é clandestina, tem que ser eliminada”, sentenciou. Dirigentes de entidades e de organizações sociais ligadas a movimentos de defesa da democratização dos meios de comunicação compararam o episódio às conhecidas práticas ditatoriais típicas de estados totalitários.²³

Um caos criador

Bom, a impressão que se tem do quadro mais amplo, assim, é de algo caótico. E isto é o que se pode considerar como mais preciso, mais perto da realidade. A

¹⁸ <http://www.radiolivres.org/node/884> (in nov./13/2010)

¹⁹ <http://www.piratininga.org.br/artigos/2005/64/nogueira-campinas.html> (in nov./13/2010)

²⁰ <http://www.portalotamboril.com.br/noticias/-953.html> (in nov./13/2010)

²¹ <http://www.radiolivres.org/node/997>

²² Ana Luisa Zaniboni Gomes. “Gritos parados no ar: uma reflexão sobre processos de interdição em rádios comunitárias”. In X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação - GP Rádio e Mídia Sonora, INTERCOM, Caxias do Sul, set. 2010.

²³ Idem, Ana Luisa Zaniboni Gomes.

informação sobre e o interesse pela criação de rádios locais se dissemina por **n** caminhos. Atualmente, em função das restrições legais, e das mudanças na base tecnológica das comunicações, estas informações são acompanhadas pelas dos meios disponíveis na internet – tanto em relação à web rádio quanto a montagens de sites e blogs associados às rádios locais, ou no lugar delas como canal para divulgação, comunicação e realização de ações culturais, artísticas e/ou políticas locais.

Assim se disseminam tanto pequenas rádios “ilegais” que surgem e desaparecem com frequência, com ou sem a repressão policial instituída, quanto acontecem intervenções de coletivos locais utilizando os meios internautas, associados, às vezes, à implantação provisória de uma emissora de rádio.

Um exemplo recente: durante a realização do Fórum Social Urbano, evento paralelo ao Fórum Mundial Urbano (Rio de Janeiro, 22 a 26 de março 2010), um grupo formado por várias entidades resolveu instalar uma rádio que transmitiria localmente e via internet uma cobertura do Fórum. Faziam parte do grupo a Rádio Kaxinawá,²⁴ o Pontão da ECO²⁵, e um coletivo de artistas chamado Jogos de Escuta²⁶. A rádio foi instalada - Radio Portoarea – transmitindo diariamente para uma área do centro da cidade do Rio uma programação com entrevistas e o áudio das mesas redondas e outras atividades acontecendo no Fórum. Um problema técnico impediu a transmissão simultânea em web rádio, mas o Jogos de Escuta montou um blog para transmitir parte da produção da rádio - <http://radioportoarea.espectroaberto.org/>. A rádio só durou quatro dias – de 22 a 25 de março – mas o blog com a cobertura em áudio do evento ainda pode ser acessado.

O apoio do Ministério da Cultura

Muitos projetos culturais locais, com mais tempo de permanência, incluindo modos tradicionais de música, dança e poesia, vem recebendo apoio do governo federal através do Programa dos Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura. Este é, certamente, o programa mais amplo de apoio ao desenvolvimento cultural já

²⁴ Rádio Comunitária que inclui o Laboratório de Rádio da FEBF/ UERJ – Universidade do Estado do Rio de Janeiro – junto com outros grupos da comunidade de Vila São Luís, um bairro de Duque de Caxias, na periferia do Rio de Janeiro.

²⁵ Grupo universitário que dá suporte técnico/pedagógico aos Pontos de Cultura apoiados pelo Ministério da Cultura; ECO é a Escola de Comunicação / Universidade Federal do Rio de Janeiro.

²⁶ Coletivo de artistas que trabalha com interfaces sonoras, inclusive o rádio.

desenvolvido no país, com o foco na enorme diversidade que caracteriza a vida cultural brasileira.

É a cultura financiada de baixo para cima, permitindo a afirmação dos grupos culturais nas suas diferenças – museus dentro de favelas, preservação da memória em grupos quilombola²⁷, ou a formação de grupos de produção de vídeo em aldeias indígenas, apoio a grupos que mantêm formas tradicionais de dança e música como o Jongo da Serrinha²⁸, ou os Maracatus²⁹ em Pernambuco, e, ao mesmo tempo, a grupos de periferias urbanas que desenvolvem a cultura digital – arte de computador, ensino da criação de blogs e sites na internet, ou rádios comunitárias (sempre associadas às tecnologias digitais).

Cada Ponto de Cultura aprovado recebe R\$180.000,00 para o desenvolvimento de sua infraestrutura e atividades durante três anos. E segundo o Ministério da Cultura já existem quatro mil Pontos de Cultura em 1122 municípios do Brasil, o que implica no atendimento de oito milhões e 400 mil pessoas em todo o país.³⁰

Então, o mesmo Ministério das Comunicações que, seguindo a legislação restritiva, é um obstáculo ao desenvolvimento de maior número de rádios comunitárias, estabelece parcerias com os Ministérios da Cultura, da Ciência e Tecnologia, da Agricultura para criar 11.356 pontos de conexão gratuita à internet em todo o país. Estes pontos incluem escolas públicas, bibliotecas, pontos de cultura, aldeias indígenas, comunidades quilombola, assentamentos rurais, etc.³¹ Um novo edital do Ministério das Comunicações propõe ampliar para 100 mil o número de pontos em todo o país. Muitos destes pontos já estão associados a rádios comunitárias (legais ou “ilegais”) para sua transmissão em webrádio.

Outro projeto do Ministério da Cultura criou os Pontões de Cultura, para articular os Pontos de Cultura, estabelecer a integração e o funcionamento da rede dos Pontos de Cultura (principalmente via internet). Os Pontões aprovados recebem

²⁷ Quilombolas são residentes remanescentes de Quilombos: terra ocupada por escravos fugitivos, antes da Abolição da Escravatura (1888). Muitas dessas comunidades ainda existem.

²⁸ Jongo é uma forma musical e de dança dos escravos de origem Bantu. Os grupos de Jongo preservam esta prática. O Jongo da Serrinha tem sua sede no Morro da Serrinha, no bairro de Madureira, Rio de Janeiro.

²⁹ Maracatu é outra forma tradicional de música e dança afro-brasileira, tradição de grupos de velhos do estado de Pernambuco.

³⁰ <http://softwarelivre.org/portal/comunidade/pontos-de-cultura-alcancam-84-milhoes-de-pessoas> (in nov./16/2010)

³¹ <http://www.mc.gov.br/noticias-do-site/22528-programa-gesac-amplia-parceria-com-minc-para-conexao-de-pontos-de-cultura> (in nov./16/2010)

recursos de até R\$ 500 mil, para adquirir equipamentos e adequar instalações físicas. O financiamento se dá por meio de parcerias com empresas públicas e privadas e governos locais. Trabalham com a perspectiva de capacitar produtores, gestores, artistas e de difundir produtos³². E como vimos, vários destes Pontões de Cultura fornecem treinamento para montagem e operação de rádios comunitárias. Mais de 30 estão ligados a Universidades públicas, federais e estaduais.

O Pontão da ECO, por exemplo, oferece Laboratório de Áudio (Gravação, Mixagem e Produção Sonora e Radiofônica e WebRadio), além de Vídeo, de Web (com uso preferencial de aplicativos livres), de desenvolvimento de projetos culturais, de Interferências Sonoras Urbanas com rádio e webrádio, de Circuit Bending..³³.A sua participação na criação da radioportoarea, assim, foi uma das atividades de Interferências Sonoras Urbanas com rádio e webrádio...

Muitos jovens formados nestas iniciativas, Pontos, Pontões ou nas ONG's que citei no início, têm atuado em suas comunidades e nas favelas, criando centros de comunicação, rádios livres e blogs, a partir da perspectiva política teórica das rádios livres ou novos pólos políticos como o espectroaberto.org, associado ao movimento internacional openspectrum.info.³⁴

Crescente atividade micropolítica, em práticas artístico-culturais – grupos de teatro, dança, música, produtores de vídeo e cinema nas periferias urbanas, etc – associadas às novas tecnologias de comunicação, aumentam a expectativa de que as novas gerações, com sua contínua vivência comunicativa também potencializada no uso das redes sociais³⁵, cheguem a induzir mudanças qualitativas na macropolítica, no Estado, nos governos, que as ações dos partidos políticos e dos sindicatos não vem favorecendo.

³² <http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/pontoe/> (in nov./16/2010)

³³ A técnica consiste basicamente na modificação de dispositivos eletrônicos (tais como brinquedos usados ou outros aparelhos) visando à criação de instrumentos musicais com uma sonoridade única, adaptados com uma série de novos recursos (componentes e botões) responsáveis por esta nova sonoridade. V. <http://www.ufscar.br/rua/site/?p=1277> (em 09/06/2011)

³⁴ Ver <http://espectroaberto.org/> ; <http://www.radiolivre.org/> ; <http://openspectrum.info/> (in nov./16/2010)

³⁵ A utilização do Facebook, Orkut e Tweeter no Brasil é marcante. Facebook e Orkut são usados principalmente pelos jovens e crianças predominantemente abaixo dos 30 anos.

Bibliografia:

DELEUZE, Gilles e GUATTARI, F. *Mil Platôs. Capitalismo e Esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1995-1997.

MACHADO, Arlindo; MAGRI, Caio; MASAGÃO, Marcelo. *Rádios Livres a reforma agrária no ar*. São Paulo, Brasiliense, 1986.

COSTA, M. J. S. R. ; HERMANN, Wallace . Rádios livres, rádios comunitárias: outras formas de fazer rádio e política. *Lugar Comum* (UFRJ), Rio de Janeiro

Claudia de Abreu. *Tribuna da Imprensa*, Segundo Caderno, Nov./25/1995.

GOMES, Ana Luisa Zaniboni.. “Gritos parados no ar: uma reflexão sobre processos de interdição em rádios comunitárias”. In *X Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação - GP Rádio e Mídia Sonora*, INTERCOM, Caxias do Sul, set. 2010.

Sites e blogs consultados:

<http://www.sibila.com.br/index.php/critica/1698-barbaros-e-amerindios-em-mundobraz-> (acesso em 20/02/2011)

<http://www.unesco.org/pt/brasil/single-view/news/unesco-and-the-ngo-jequitiba-promote-a-radio-journalism-training-course-for-communicators-from-community-radio-stations/back/9679/cHash/1a4ba4b513/> (in nov./6/2010)

<http://agenciaabraco.org/noticia/72> (in nov./6/2010)

<http://pccn.wordpress.com/2010/08/29/ponto-de-cultura-vai-oferecer-oficinas-de-radio-comunitaria-e-radio-web-em-setembro/> (in nov./6/2010)

<http://pontodeculturaipiau.blogspot.com/2010/02/oficina-de-radialismo-comunitario-e.html> (in nov./6/2010)

<http://pontoapontobahia.wordpress.com/remanso-radio-comunitaria-zabele-fm/> (in nov./6/2010)

<http://blog.radiocampeche.com.br/2010/05/radio-comunitaria-campeche-98-3-informa/> (in nov./6/2010)

<http://www.jornaldelondrina.com.br/online/conteudo.phtml?tl=1&id=982919&tit=Politicos-aceleram-concessao-de-rádios-comunitarias> – (in nov./6/2010)

<http://www.jurisciencia.com/artigos/coronelismo-eletronico-de-novo-tipo/70/> (in nov./6/2010).

<http://www.observatoriodaimprensa.com.br/artigos.asp?cod=446IPB006> (in nov./16/2010)

http://www.mc.gov.br/images/radio-comunitaria/licenciamento/Rel_radcom_licenca_definitiva-brasil_2011-06-13.pdf (acessado em 13 de junho de 2011)

<http://www.radiolivres.org/node/884> (in nov./13/2010)

<http://www.piratininga.org.br/artigos/2005/64/nogueira-campinas.html> (in nov./13/2010)

<http://www.portalotamboril.com.br/noticias/-953.html> (in nov./13/2010)

<http://www.radiolivres.org/node/997> (in nov./13/2010)

<http://softwarelivre.org/portal/comunidade/pontos-de-cultura-alcancam-84-milhoes-de-pessoas> (in nov./16/2010)

<http://www.mc.gov.br/noticias-do-site/22528-programa-gesac-amplia-parceria-com-minc-para-conexao-de-pontos-de-cultura> (in nov./16/2010)

<http://www.cultura.gov.br/culturaviva/ponto-de-cultura/pontoe/> (in nov./16/2010)

<http://www.ufscar.br/rua/site/?p=1277> (em 09/06/2011)

<http://espectroaberto.org/> ; <http://www.radiolivres.org/> ; <http://openspectrum.info/> (in nov./16/2010)